

**O TRATAMENTO DE
FATORES ECONÔMICOS
PELAS TEORIAS DE
SEGURANÇA INTERNACIONAL:
UMA DISCUSSÃO SOBRE
POSSIBILIDADES**

MARCELO M. VALENÇA

Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio),
Mestre em Relações Internacionais pela PUC-Rio,
Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Paz e Segurança Regional
do Grupo de Análise de Prevenção de Conflitos Internacionais
(GAPCon)



RESUMO

O artigo analisa o tratamento de fatores econômicos nos debates teóricos de segurança internacional, levantando as possibilidades de diálogo entre essas teorias, a prática nas relações internacionais e o impacto desses fatores. Explorando a ideia de que fatores econômicos são necessários na própria realização das proposições teóricas do campo da segurança internacional, percebe-se que a possibilidade de trabalhar com fatores econômicos neste debate exige a politização do próprio conceito de segurança, para identificá-lo como um processo relacional, contínuo e em constante revisão.



Palavras-chave: segurança internacional, fatores econômicos, teorias de Relações Internacionais.



ABSTRACT

This article discusses the impacts of economical factors on the theoretical debates of International Security, in order to verify the possibilities of dialogue between this area of research and these factors. By proposing that economical factors are necessary elements to the fulfillment of the propositions of security studies theories, the article concludes that the concept of security should be gain a political dimension. In that fashion, this concept should be treated as a relational process, dynamic and constantly revised, in order to maintain its relevance.

Keywords: international security, economical factors, theories of International Relations.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo perceber o tratamento de fatores econômicos nos debates de segurança internacional, inquirindo as possibilidades de diálogo e influência daqueles nestes. Para perceber essa conexão, exploraremos a hipótese de que fatores econômicos, ainda que marginalizados no debate de segurança internacional, oferecem a possibilidade de realização das teorias desse campo, proporcionando as condições nas quais a definição de segurança é concebida pela conexão estabelecida entre economia e política. Teorias tradicionais vão explorar fatores econômicos, à medida que tais fatores colaborem para assegurar a capacidade e legitimidade do Estado de agir, privilegiando a política em detrimento da economia; os liberais romperão com a submissão da economia à política, mostrando os efeitos daquela nesta; teorias críticas, por sua vez, tomarão os fatores econômicos como parte integrante da proposta emancipatória que sugerem.

Nossa pesquisa se baseia na proposta de que teorias de segurança internacional andam de mãos dadas com teorias de Relações Internacionais (RI), recebendo influência direta dos avanços e debates da área. Nosso argumento se divide em três partes. Na seção 2, exploraremos brevemente a polêmica em torno do conceito de segurança, especialmente a partir da década de 1990. Isso nos permitirá analisar o debate entre três grupos de estudos¹ de segurança: tradicionalistas, ampliacionistas – divididos em liberais e a Escola de Copenhague – e os estudos críticos de segurança², que exploraremos na seção 3. Na seção 4, apresentaremos nossa conclusão.

Faz-se necessário, antes de entrarmos em nosso argumento, traçar a distinção que este trabalho faz entre fatores econômicos e segurança econômica. Não entendemos as duas expressões como sinônimas, mas como elementos distintos, porém complementares, que permitem a estabilização de um determinado sistema. Enquanto a segurança econômica se volta para a manutenção de um sistema, internacional ou domés-

¹ TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. In: **Contexto Internacional** n. 25, v. 1, p. 47-80, 2003.

² Steve Smith aponta uma série de divisões teóricas nos estudos de segurança, ressaltando as contribuições pós-modernas, feminista, construtivista e de outras posições críticas. Acreditamos, entretanto, que essas posições possam ser alocadas dentro da divisão tripartite sugerida. SMITH, Steve. The contested concept of security. In: BOOTH, Ken. (Ed.). *Critical security studies and world politics*. Londres: L. Rienner, 2005. p. 27-62.

tico, os fatores econômicos são variáveis, de origem doméstica ou internacional, e permitem explorar impactos econômicos na esfera política.

2 CONCEITO DE SEGURANÇA

O conceito de segurança é tido como de difícil estabelecimento pelas características que assume. Steve Smith, ao afirmar que qualquer conceito de segurança assume valores normativos por se prender a uma teoria³, dialoga com McSweeney, para quem o termo assume proporções morais que impedem sua conceituação objetiva.⁴ Haftendorn crê que não haja um consenso quanto ao que é segurança, impedindo sua concepção e a definição das perguntas de pesquisa relevantes para a área⁵, corroborando Buzan que afirma que o conceito, ainda que muito debatido, é pouco desenvolvido, porque é um conceito derivado que em si mesmo não apresenta significado e pressupõe algo a ser segurado ou porque o resultado dos debates recairia sobre questões empíricas, não conceituais⁶. Baldwin concorda que o termo é complexo, não por causa de suas múltiplas possibilidades, mas porque justamente é visto como vago e relacional, criticando Buzan⁷. Essa polêmica mostra que o analista deve ter consciência do que é seu objeto de estudo para evitar questionar a própria disciplina, uma vez que a indeterminação levaria à imprecisão teórica.

O medo de imprecisão conceitual e deterioração teórica basearam os estudos tradicionais de segurança, que buscavam proporcionar um caráter científico à disciplina⁸. Durante a Guerra Fria, os estudos de segurança tiveram como objeto exclusivamente aspectos militares, pois era mais fácil apontar consenso e atrair as atenções para ameaças vindas de fora, reais ou imaginárias e que deveriam ser combatidas com o uso da força, refletindo a prática política norte-americana, exportadas essas

³ Ibid., p. 28.

⁴ MCSWEENEY, Bill. **Security, identity and interests**: sociology of international relations, New York: Cambridge University, 1999. p. 83.

⁵ HAFTENDORN, Helga. The security puzzle: theory building and discipline-building in international security. **International Studies Quarterly**, n. 35, p. 3-17, 1991.

⁶ BUZAN, Barry. **People, states and fear**: an agenda for international securities in the post-cold war era. Londres: Harvester Wheatsheaf, 1981.

⁷ BALDWIN, David A. The concept of security. **Review of International Studies**, n. 23, p. 5-26, 1997.

⁸ WALT, Stephen. The renaissance of security studies. **International Security Quarterly**, v. 35, n. 2, p. 211-239, 1991.

diretrizes para outros países⁹ e consolidando essa forma de pensar, mesmo depois do fim desse “conflito”. Ademais, os conceitos de segurança remetiam constantemente à “segurança nacional”¹⁰, associando a garantia de segurança do Estado como elemento necessário para a preservação da comunidade política dentro dele.¹¹

Uma das primeiras tentativas de expansão do conceito veio por Richard Ullman, que sugeria que as necessidades do ator deveriam ser consideradas na definição de segurança. Ullman busca superar as limitações da prática política norte-americana, mas esbarra na dificuldade de conceber segurança de maneira precisa e coerente. Contudo, seu esforço permitiu que novas ameaças surgissem nas agendas políticas, ainda que de forma difusa.

Diante dos questionamentos à visão militarista, Stephen Walt realizou um estudo defendendo que a perspectiva tradicional de segurança se mostrava adequada e englobava, coerente e cientificamente, as ameaças relevantes para a política e academia. Ele relaciona o objeto de estudo da segurança ao fenômeno da guerra e à prática do *statecraft*¹², refletindo a imagem realista predominante na política internacional. Sua perspectiva busca variáveis manipuláveis, compatíveis com a ideia de Estado unitário, egoísta e autointeressado em sua sobrevivência na política internacional. Essa delimitação no escopo da segurança exclui elementos políticos de natureza não militar como meio ambiente, saúde e pobreza, sob a alegação de que essa ampliação excessiva do campo levaria à destruição da coerência intelectual da área e dificultaria a busca por soluções para a sobrevivência estatal. Entretanto, Walt não nega importância a essas questões, pois apenas o poder militar não garantiria o bem-estar. Esses “problemas” deveriam ser tratados por outras áreas do conhecimento, pois não ameaçariam a sobrevivência do Estado.

A lógica de Walt se sustenta na lógica realista, já que seu argumento segue uma progressão linear que pretende gerar uma forma de conhecimento além do tempo e da história, buscando leis causais objetivas que governam o fenômeno humano, garantindo uma definição mais pragmática e preocupada com a coerência na delimitação do conceito. Posição semelhante assume David Baldwin, que se preocupa em enten-

¹⁰ BUZAN, 1981, p. 81.

¹¹ Alan Collins (2007, p. 3) apresenta uma série de conceitos que reforçam essa posição.

¹² WALT, op. cit., p. 212.

der segurança dentro de um conceito coerente que possa ser teorizado e aplicado.¹³

Concordando com Walt, Baldwin sugere o foco nos custos políticos empregados pelo Estado para atingir sua sobrevivência, separando-a da ideia de elemento vital: por tornar a definição excessivamente ampla e imprecisa, Baldwin opta por analisar custos, percebendo o quanto a sobrevivência afetaria as capacidades dos Estados na arena internacional. Ambos veem a segurança como ligada à capacidades do Estado, logo elementos que não garantissem os interesses estatais não poderiam ser tomados como segurança. Para ele, a crítica ampliacionista estaria mais preocupada em expandir o campo de atuação da segurança do que explorar a ampliação do conceito.¹⁴

A proposta de ampliação da segurança veio acompanhada não apenas das mudanças na política internacional, mas também dos debates teóricos de RI¹⁵. Apesar de o debate crítico ter chegado a RI durante a década de 80, essa teoria se aproximaria dos estudos de segurança na década seguinte. Mas contribuições como a de Ullman e Buzan permitiram o início das discussões nos mesmos termos realista e estadocêntrico dos tradicionalistas.

Ullman trouxe um novo conjunto de ameaças para os estudos de segurança, porém sua contribuição pecou por uma ampliação de temas relacionados aos aspectos militares¹⁶, mas o impulso inicial fora dado e, com ele, uma série de proposições surgiria, buscando rever não só o conceito de segurança, como seus atores e a área de atuação. E, na esteira dessa revisão conceitual, novas ameaças passariam a entrar na definição de segurança, à medida que RI e estudos de segurança passavam a dialogar.

A posição tradicional, associada à obra de Walt, se tornou alvo das críticas dos ampliacionistas. Se os tradicionalistas viam a segurança como uma propriedade dos objetos, as críticas demandavam o reconhecimento de que a segurança exigia uma perspectiva política, pois definir ameaça ao agente é tarefa contínua e dinâmica, não algo congelado no tempo e replicado indefinidamente. Diferentemente da visão tradicional, que separa a política doméstica da internacional, os ampliacionistas de-

¹³ BALDWIN, op. cit., p. 6-7.

¹⁴ Ibid., p. 5.

¹⁵ TANNO, op. cit., p. 71.

¹⁶ SHEEHAN, Michael. **International Security**: an analytical survey. Londres: Lynne Rienner, 2005. p. 46.

fendem que doméstico e internacional não podem ser facilmente separados, pois definir como ou o que proteger é tarefa essencialmente política¹⁷. Críticas semelhantes a essas surgiram às teorias *mainstream* de RI, questionando as premissas realistas e propondo novos rumos para a disciplina.¹⁸

Barry Buzan foi particularmente importante para essa crítica, por sistematizar de maneira coerente setores de análise diferentes que não poderiam ser considerados isoladamente em relação aos demais, evidenciando a inter-relação e a sobreposição de áreas antes ignoradas. Se os teóricos de segurança inclinados para uma perspectiva realista consideravam a capacidade dos Estados como essenciais para a segurança, a análise setorial proporcionava claras linhas de ação para se entender não só que capacidades eram essas, mas também seus impactos em escalas diferentes em várias áreas das sociedades.

No que tange aos atores envolvidos, críticas liberais e pós-modernas em RI ao Estado como ator central contribuíram decisivamente para a discussão sobre ampliação do conceito de segurança, visto que não mais apenas a perpetuação do Estado estava na agenda política: movimentos nacionalistas começavam a ganhar corpo na política internacional e chamar a atenção dos *policymakers*¹⁹. Quanto aos temas que deveriam ser segurados, a interdependência proporcionada pelos processos de globalização fazia com que questões nacionais não pudessem ser separadas de discussões regionais e globais, aumentando a proximidade entre os processos decisórios em Estado e os impactos noutro²⁰. Indivíduos e comunidades não estatais passaram a ser considerados na análise de segurança, trazendo novas questões ao debate. Não era mais suficiente pensar apenas em fenômenos militares, nem tampouco o paradigma realista se mostrava capaz de suportar essas mudanças.

¹⁷ FIERKE, K. M. **Critical approaches to international security**. Cambridge: Polity Press, 2007. p. 13.

¹⁸ Uma dessas críticas pode ser encontrada em Rob Walker, que questiona as fronteiras entre o estudo do doméstico e do internacional e a separação das áreas de Ciência Política e Relações Internacionais como campos distintos, em razão do local onde a política se encontraria. Para ele, tal separação não deveria existir, sugestão que pode ser apreendida do próprio título de seu livro. Ver WALKER, R. B. J. **Inside/outside: international relations as political theory**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

¹⁹ Sobre o tema, ver MCWILLIAMS, Wayne C.; PIOTROWSKI, Harry. **The world since 1945: a history of international relations**. Londres: Lynne Rienner, 2005. p. 496-502.

²⁰ BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge: Cambridge University, 2004.

A articulação de novas ameaças a novos atores requeria, portanto, um novo referencial teórico e não um alargamento do *mainstream*²¹. O debate fazia o conceito de segurança transitar entre os níveis individual, estatal e internacional, que influenciariam o debate na área e a maneira como a política e seus componentes atuavam sobre os atores, ao mesmo tempo em que um debate de mesma natureza afetava o campo de RI.

3 REVISÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA: PERCEBENDO O TRATAMENTO DE FATORES ECONÔMICOS.

Apesar das propostas de Ullman e Buzan nos anos 1980, foi na década seguinte que houve o aumento nas propostas ampliacionistas impulsionadas pela revisão de literatura e fechamento do campo de estudos de segurança feitos por Walt. Ainda contribuíram as mudanças políticas e os debates teóricos na área de RI, que questionavam a predominância realista na disciplina e a separação entre o doméstico e o internacional, bem como a posição central assumida pelo Estado nas teorias que eram construídas. Revisaremos aqui alguns dos debates sobre segurança que se apresentaram nas últimas três décadas. Para organizar nosso argumento, utilizaremos a classificação tripartite de tradicionalistas, ampliacionistas e críticos²², que nos oferece, em linhas gerais, o *status* do debate sobre segurança nas últimas décadas²³.

Visando responder à pergunta proposta no início deste trabalho, apresentaremos o argumento central trazido por essas posições e como este se relacionaria com o tratamento de fatores econômicos. Em 3.1 trabalharemos com o debate tradicionalista. O debate ampliacionista foi dividido em duas partes, ainda que ambas sejam críticas do tradicionalismo. Em 3.2 abordaremos as esferas liberal e da escola de Copenhague do ampliacionismo, dado que esses grupos realizam suas críticas dentro da possibilidade do Estado. A seção 3.3 discutirá os estudos críticos de segurança, os quais defendem a ideia de emancipação e segurança huma-

²¹ WALKER, Rob. The subject of security. In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Orgs.). **Critical security studies**, Minnesota: Minnesota University, 1997. p. 61-81.

²² TANNO, op. Cit., p. 50.

²³ Steve Smith (2005) aponta uma série de divisões teóricas nos estudos de segurança, ressaltando as contribuições pós-moderna, feminista, construtivista e de outras posições críticas. Acreditamos, entretanto, que essas posições possam ser alocadas dentro da divisão tripartite sugerida.

na, pensando na ampliação para além do Estado. Buscando associar essas posições com os debates teóricos em RI, mostraremos que o tratamento dispensado a questões econômicas por esses debates consiste na realização de suas propostas teóricas.

3.1 POSIÇÃO TRADICIONALISTA

O tradicionalismo é comumente sintetizado na revisão de literatura promovida por Stephen Walt²⁴, que buscou apontar os méritos de uma análise de segurança baseada em pressupostos neorrealista para explicar o campo. Segundo ele, mesmo a incapacidade dessa teoria de prever o fim da guerra fria não afetaria o poder explicativo de sua análise.

A lógica tradicional de segurança define o objeto e o ator de referência da segurança de modo preciso. Os estudos de segurança se concentram no estudo da ameaça, uso e controle da força militar, e o poder militar constitui a fonte mais séria, mas não a única, da segurança, incluindo o *statecraft*, i.e., o controle de armamentos, diplomacia e administração de crises, estabelecendo uma relação direta com a probabilidade e caráter da guerra²⁵. Estudos de segurança consistiriam nas práticas políticas dos Estados para se prevenir, preparar ou entrar em guerra, analisando as condições nas quais o uso da força se torna provável e como esse uso afetaria indivíduos, Estados e sociedades: *whether a state survives or not depends on its capacity to perform the security roles that it alone can execute*²⁶. Fenômenos não militares não seriam considerados na concepção de segurança, sendo tratados, quando o caso, por teorias de guerra e paz.

Em função da natureza das ameaças, o estudo da segurança não comportaria sua ampliação para outros atores, tampouco outros setores de atuação²⁷. Encaixando-se confortavelmente no paradigma realista, os tradicionalistas buscam nessa tradição os pressupostos que guariam sua linha de pesquisa, mantendo sua coerência intelectual.

²⁴ WALT, op. cit.

²⁵ Ibid., p. 222

²⁶ KOLODZIEJ, Edward. **Security and international relations**. Cambridge: Cambridge University, 2005. p. 129.

²⁷ "The material capacity of a state constitutes its ability to decisively influence not only the behavior of other states but the system or balance of power prevailing between states itself. *Other forms of power or influence*, including scientific, technological, and economical power, *are viewed as subordinated to, and in the service of, the use or threat of force.*" (KOLODZIEJ, 2005, p. 129-130, grifo nosso).

No realismo, o Estado é encarado como ator central nas relações internacionais. Com a separação entre as esferas doméstica e internacional, a política ocorre apenas dentro do Estado, enquanto, fora dele, haveria apenas relações de poder baseadas no uso da força²⁸. Nessa lógica hobbesiana, a relação entre Estados dar-se-ia, assim, por meio da guerra, que ameaçaria a existência dos Estados e faria com que esses buscassem sua sobrevivência de maneira autointeressada e egoísta²⁹. A permanência do Estado no cenário internacional está vinculada à sua capacidade de se impor aos demais, donde decorreria a ideia de que a segurança é intimamente conectada ao desenvolvimento de condições que aumentem suas capacidades sobre os demais e/ou impeçam que os adversários cresçam e modifiquem a distribuição de capacidades no sistema: *a state's effective power is ultimately a function of its military forces and how they compare with the military forces of rival states.*³⁰

Diante disso, como se dá o tratamento de fatores econômicos pelas teorias tradicionais de segurança?

A lógica que guiará essa abordagem é a manifestada por Walt, imbuída no pensamento neorrealista e que prevê o Estado agindo de maneira a garantir sua posição no sistema internacional. O Estado é visto como um ator unitário assemelhado a uma bola de bilhar, e os fatores domésticos não são levados em consideração para sua atuação internacional. Com isso, o impacto de atores domésticos na construção do conceito de segurança é eliminado, visto que sua participação no plano internacional é irrelevante.

A questão a se levantar é: sob que aspectos os fatores econômicos podem ser considerados para o desenvolvimento das capacidades do Estado?

Justamente por serem os Estados iguais funcionalmente, desconsidera-se a análise de elementos de ordem doméstica. Torna-se coerente afirmar que problemas de bem-estar não fazem parte da agenda de segurança porque não contribuem para as capacidades do Estado.

A variável mais importante de análise no realismo é o poder, representado pela força ou capacidades militares. John Mearsheimer acrescenta que a capacidade de um Estado reflete a dimensão demográfica e

²⁸ WIGHT, Martin. **A política do poder**. Brasília: Ed. da UnB, 2002. p. 1.

²⁹ KOLODZIEJ, 2005, p. 135

³⁰ MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York: W. W. Norton, 2001. p. 55.

a *dimensão econômica* (grifo nosso) do poder³¹. Fatores econômicos só seriam considerados relevantes pelos estudos de segurança, uma vez que afetem o desempenho do Estado em sua capacidade de usar a força militar ou caso se tornasse uma razão em potencial para os conflitos internacionais ou, ainda, diminuísse as possibilidades de conflito diante de sanções econômicas aplicadas na esfera diplomática. Logo, Walt reconhece que questões econômicas podem importar desde que afetem o desempenho militar do Estado³²:

*[...] wealth is important because a state cannot build a powerful military if it does not have the money and technology to equip, train, and continually modernize its fighting forces.*³³

A junção entre segurança e economia se daria, apenas e tão somente, quando esta penetrasse no campo da guerra e das políticas estatais para lidar com esse fenômeno, visto que afetaria a habilidade do Estado de se valer da força ou de exercer seu poder de coerção por meio de vias diplomáticas. Quanto maior o desenvolvimento econômico de um Estado maiores são suas capacidades de mobilização para a guerra.³⁴

Em suma, fatores econômicos serão abordados pelas teorias tradicionais de segurança, uma vez que importem para potencializar as capacidades do Estado perante os demais, influenciando a escolha de políticas a serem seguidas. Há a submissão da economia à política, logo fatores econômicos serão meramente instrumentos que conduzirão ao aumento das capacidades de um Estado. Em qualquer outro caso, como para o bem-estar de sua população, tratar-se-á de outro tema, mas não segurança: o paradigma realista não se preocupa com elementos domésticos para a condução da política internacional, logo tampouco as teorias tradicionais de segurança.

³¹ Ibid., p. 61.

³² WALT, op cit., p. 229.

³³ MEARSHEIMER, op.cit., p. 61

³⁴ O que corresponde ao que Kaldor descreve como economia centralizada de guerra: os esforços econômicos são destinados para o aumento da capacidade do Estado perante seus adversários e têm como objetivo maior a produção de uma força maciça que possibilite a vitória militar e a consequente superação do estado de guerra. Ver KALDOR, Mary. **New & old wars**: organized violence in a global era. Stanford: Stanford University, 2001, p. 90-91.

3.2 DEBATE AMPLIACIONISTA

A posição ampliacionista é marcada por uma variedade grande de autores e tendências, todos críticos ao tradicionalismo, que sugerem – cada qual a seu modo – a dilatação do conceito de segurança, de sua agenda de pesquisa e dos sujeitos envolvidos³⁵. Esse movimento busca – em maior ou menor extensão – romper com a dominância política e intelectual do realismo nos estudos de segurança, questionando para o que e a quem o conceito de segurança aponta. Perguntas como o que é segurança, como estudá-la e qual seu objeto devem ser feitas pelas teorias. No ampliacionismo, separamos três grandes grupos.

O primeiro, de inspiração liberal, promove a ampliação dos estudos de segurança com a inclusão de elementos de ordem social, quebrando o ente estatal e mostrando que este é formado por diferentes grupos, com interesses distintos, que promoveriam pressões para atingir seus objetivos. Dessa maneira, a segurança decorreria da estabilização das relações socioeconômicas dentro e fora do Estado.

A segunda corrente é formada pelos teóricos da escola de Copenhague (EC)³⁶. Liderada por Barry Buzan e Ole Wæver, a EC lida com as dinâmicas sociais da política mundial e com as formas nas quais a segurança é percebida por meio do significado e da natureza das práticas de segurança. A ampliação de seus domínios permitiria que outras áreas – os setores – fossem explorados, além da tradicional segurança militar. Esses setores seriam interligados e sobrepor-se-iam uns aos outros, com prioridade variável conforme a ameaça promovida. O objetivo da EC é desenvolver uma abordagem abrangente para os estudos de segurança a partir da inclusão, ou não, de novos temas de forma coerente, levando a sério as críticas levantadas por Walt.

O terceiro grupo é formado pelos estudos críticos de segurança, que assumem posições pós-positivistas³⁷ no debate teórico de RI e bus-

³⁵ Cabe ressaltar que a expressão “críticos” tem duplo significado: o primeiro é o de teóricos críticos ao realismo; o segundo, do conjunto de pensadores de teoria crítica que buscam a emancipação humana (WILLIAMS, Paul. *Critical security studies*. In: BELLAMY, Alex (Ed.). **International society and its critics**. Oxford: Oxford University, 2005. p. 135-150.

³⁶ O nome é atribuído em razão do Centro de Pesquisas para a Paz, de Copenhague.

³⁷ Utilizando o termo proposto por Lapid (1989), entendemos como estudos críticos de segurança a corrente apontada por Steve Smith, que reúne diferentes correntes teóricas insatisfeitas com os padrões tradicionais de se pensar segurança e que buscam uma nova agenda para o campo (SMITH, 2005, p. 41).

cam a ruptura com os padrões tradicionais de política, questionando seu lócus e buscando alternativas para os problemas de exclusão produzidos pela modernidade, especialmente quanto à emancipação. Os estudos críticos consideram a visão tradicional como pertencente aos estudos de segurança, compondo uma subárea, os estudos estratégicos³⁸. A coerência buscada por Walt se encontraria satisfeita naquela categoria, visto que a mudança de estudos estratégicos para estudos de segurança conduz à expansão de categorias e áreas de análise além da visão tradicional.³⁹

3.2.1 Posição Liberal

A posição liberal rompe com o Estado como ator unitário e central em RI e nos estudos de segurança, questionando seu papel não só em relação aos demais Estados, como também em face dos grupos dentro dele. O pensamento liberal critica a imutabilidade realista, propondo novos padrões de ação com base na racionalidade humana. A ameaça militar deixa de ser a única a pairar sobre o Estado, que deve se preocupar primeiramente em satisfazer as necessidades daqueles que legitimariam sua autoridade.

Edward Kolodziej⁴⁰ critica Walt diretamente, afirmando que o foco no Estado é apenas uma das diversas possibilidades que existem na segurança. Mesmo não respondendo aos problemas de coerência trazidos por Walt, Kolodziej identifica falhas em sua compreensão e propõe uma compreensão de segurança conceitualmente mais rica, teoricamente mais inclusiva e politicamente mais relevante. Sugere que o foco dos estudos de segurança deveria ser nas guerras civis, pois levantariam problemas fundamentais de segurança, inclusive quanto à legitimidade do Estado como autoridade capaz de usar a força. Ressalta que, diante de um cenário de crescente interdependência, a legitimidade de um regime particular

³⁸ KRAUSE, Keith; WILLIAMS Michael C.. From strategy to security: foundations of critical security studies". In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Org.). **Critical security studies**. Minnesota: Minnesota University, 1997. p. 33-60.

³⁹ Como ensina Collins (2007, p. 2), [...] [t]he absence of threats is sufficiently far-reaching that security studies encompasses dangers that range from pandemics [...] and environmental degradation through to the more readily associated security concerns of direct violence, such as terrorism and inter-state armed conflict. The latter, which so dominated the discipline that during the cold war it became synonymous with security studies, is actually a sub-field of security studies and is known as strategic studies.

⁴⁰ KOLODZIEJ, 1992.

se torna uma questão crítica de segurança. Assim, é necessário que os estudos de segurança abram a caixa-preta do Estado para analisar como esse proporcionaria a proteção à sua população. Se a segurança deriva da condição de cidadão, logo o que se questiona não é apenas a centralidade do Estado nos estudos de segurança, mas a forma como ele resolveria o problema da ordem diante do surgimento de novas entidades políticas e da expansão das conexões de interdependência. A segurança do indivíduo não pode ser separada das reivindicações do grupo e de estruturas coletivas em que se insere, tornando possível a adoção de uma identidade e de projetos coletivos, pois tais elementos estariam vinculados à legitimidade do Estado. Mais do que se conectar às capacidades do Estado de sobreviver internacionalmente, a segurança assume aspectos ideacionais – travestidos em legitimidade política – que não excluem a importância de elementos materiais no exercício do papel de Estado.

Percebe-se a importância da legitimidade da autoridade política por sua população, independentemente das capacidades desse Estado. Se a visão tradicional toma essa legitimidade preestabelecida, Kolodziej problematiza esse aspecto. Afirma que nenhum Estado ou governo pode resistir ou ignorar as demandas populacionais por progresso material com base na alegação de um bem maior voltado para o crescimento econômico do Estado ou seu desenvolvimento técnico-científico.⁴¹

Para a perspectiva liberal, como se poderia entender o impacto de fatores econômicos?

Inicialmente, é preciso deixar evidente que o Estado assume dimensão plural, portanto seu interesse se torna ambíguo ou, ao menos, indeterminado. O conceito de interesse nacional passa a ser determinado por diferentes grupos em diferentes questões, em diferentes tempos, sem que haja hierarquia de objetivos⁴². Há menor chance de se ver o Estado como unido ou coerente no trato com seus pares, porque se comportarão buscando o compartilhamento de interesses e não mais a defesa de seu interesse nacional, apresentando-se, assim, multifacetados.

⁴¹ O caso soviético ilustra bem essas possibilidades, já que o poder central teve de ceder às pressões sociais que punham em xeque sua legitimidade e promover uma reforma fundamental do sistema de bem-estar (KOLODZIEJ, 1991, p. 424-426).

⁴² KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. Realism and complex interdependence. In: VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. **International relations: realism, pluralism, globalism and beyond**. Bostom: Allyn and Bacon, 1999. p. 307-318.

Os liberais associam segurança do Estado à sua capacidade de oferecer bens e serviços à população, reconhecendo os impactos produzidos pela economia e sociedade no Estado. Fugindo do dogmatismo realista, a política deixa de prevalecer sobre as demais esferas sociais. A garantia de bem-estar e desenvolvimento social funcionará como os elementos que promoverão a segurança que será reforçada pelos laços de interdependência entre os Estados: questões de economia passam a assumir a agenda internacional e deixam a ameaça militar em segundo plano⁴³. Os mesmos fatores que eram desconsiderados pela abordagem tradicional passam a ser elementos-chave para a consolidação da segurança. Fatores econômicos causariam impacto no bem-estar das comunidades políticas na medida em que influenciariam a distribuição e a satisfação dos bens políticos esperados por parte da autoridade estatal. O colapso soviético é apenas um dos exemplos que podem ser resgatados para evidenciar o impacto desses fatores.⁴⁴

Com os Estados constrangidos por seus grupos domésticos, a submissão da economia ao militar é enfraquecida. Estados até podem considerar a conexão entre esses dois temas, mas o recurso à força será cada vez menor. De forma a garantir o apoio dos grupos domésticos, devem ser oferecidas condições de bem-estar para garantir a estabilidade. Como a militarização perde força, Estados mais poderosos utilizarão menos desse aspecto para se manterem predominantes, voltando-se para elementos que permitam seu desenvolvimento econômico. Por outro lado, Estados mais fracos verão menos risco em valer-se da força. Tendo menos a perder, podem-se valer de recursos que os fortes não têm. A utilidade da

⁴³ Id., 1990.

⁴⁴ O próprio campo de estudos dos conflitos demonstra essa tendência. Afastando-se da expectativa do Estado como ator exclusivo na guerra, as discussões teóricas sobre a natureza dos conflitos internacionais contemporâneos demonstram como o impacto de fatores econômicos corrobora o argumento desenvolvido por Kolodziej e os ampliacionistas. Mary Kaldor (2001), ao tratar das novas guerras, mostra como essas se iniciam por questões ideacionais, mas se perpetuam em razão de elementos econômicos que fragmentam a legitimidade do Estado e remetem a formas alternativas de promover a sobrevivência de comunidades políticas. Na mesma área, K. J. Holsti discute as implicações da legitimidade econômica do Estado – vertical e horizontalmente – na preservação de sua capacidade de governança e a consequente prestação de bens políticos e serviços para sua população. Havendo o questionamento a essa legitimidade, especialmente em Estados recentes e cuja autoridade política não é integralmente legitimada, tem-se um cenário propício para a eclosão do que Holsti denominaria guerras de terceiro tipo (HOLSTI, Kalevi J. **The state, war, and the state of war**. Cambridge: Cambridge University, 1996).

força declina, mas a necessidade de oferecer condições de desenvolvimento estável aumenta, afetando a vulnerabilidade dos Estados *vis-à-vis* sua legitimidade doméstica.

A proposta liberalizante, em razão da quebra de hierarquia entre objetivos estatais e da maior observância a questões econômicas, traz padrões políticos que não são percebidos pelo realismo, o mesmo ocorrendo nos estudos de segurança. Novos fatores passam a incorporar o campo da segurança que não podem ser explicados da maneira tradicional⁴⁵, com a presença de fatores econômicos de origem e atuação eminentemente domésticos sendo alguns deles.

3.2.2 Escola de Copenhague

A EC é conhecida pelas contribuições de Barry Buzan e Ole Wæver na ampliação dos debates de segurança, tanto no nível de análise quanto nos setores em que as ameaças são postas⁴⁶, contribuindo para sanar as propostas ampliacionistas, como a de Ullman. A crítica ampliacionista ganhou novos ares com essa contribuição, uma vez que definir ameaça existencial tornou-se contingente não apenas ao sujeito, mas também ao tempo e ao local analisados.

Levando a sério as críticas de Walt, Buzan e seus colegas⁴⁷ mostram-se conscientes de que a ampliação dos estudos de segurança gera riscos de incoerência intelectual, pois uma agenda de pesquisa ampla aumenta a gama de conhecimento e compreensão necessários para análise. Contudo, defendem que coerência não implica confinamento da segurança às questões militares, mas exploração da lógica da segurança em si, para encontrar o que diferenciaria segurança do meramente político, aplicando a preocupação com segurança militar a outros setores.⁴⁸

⁴⁵ KOLODZIEJ, 1992, p. 434.

⁴⁶ SHEEHAN, 2005, p. 47

⁴⁷ BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

⁴⁸ Buzan, Wæver e De Wilde assumem, implicitamente, o pressuposto realista de separação entre política e assuntos de segurança. Para eles, enquanto a política é essencialmente doméstica, a questão de segurança deveria ser tratada como além da sociedade. Ao mesmo tempo em que, se por um lado, algumas das proposições podem encaixar-se na abordagem crítica dos estudos de segurança que busca alternativas à ortodoxia realista e estadocêntrica; por outro, não há nenhum compromisso *a priori* com as posições antiestadocêntrica e antirrealista.

Os estudos de segurança devem observar três elementos quanto a seu escopo: a segurança internacional tem agenda distinta do âmbito doméstico; diz respeito à ameaça existencial de um agente de referência, entendido tradicionalmente como o Estado; por ameaçar a sobrevivência, gera uma condição de emergência que deve ter prioridade sobre os demais assuntos políticos, exigindo e justificando o uso de medidas extraordinárias para lidar com elas. Suas propostas de ampliação são pautadas, portanto, por duas questões. A primeira é reconhecer que a função política da expressão “segurança” causa a mobilização estatal⁴⁹ para um maior número de ameaças. O segundo envolve desconsiderar a segurança como um tipo universal de bem a ser alcançado, para o qual todas as relações deveriam se mover: segurança não é uma coisa boa, mas algo que ameaça a sobrevivência. O ideal é restringir o uso do termo “segurança”, ao mesmo tempo em que se permite mobilidade para que cada agente defina sua própria agenda.⁵⁰

A divisão em setores faz parte da estratégia de se buscar o objeto referente para a segurança além do Estado, ao evidenciar a demanda por outros grupos e atores na análise das ameaças. Isso permite desagregar um objeto para exame, selecionando padrões distintivos de interação que não existiriam de maneira independente: a divisão por setores pode identificar padrões distintos, mas estes setores permanecem inseparáveis do todo. O objetivo desse movimento é, ao restringir o escopo da pesquisa, reduzir o número de variáveis, permitindo sua manipulação e seu controle e apontando o relacionamento entre elas que ocorrerá em três arenas distintas: o privado, o político e a segurança.

A maioria dos temas está localizada na esfera privada, mas isso não é uma regra. Pela própria dinâmica social, um tema pode transitar – dependendo da sociedade – do privado para o público e de lá para a segurança. Entre os problemas colocados na esfera pública, poucos impactam a segurança, logo essa esfera conteria menos temas que as demais. Isso mostra o caráter dinâmico da segurança, variando conforme

⁴⁹ Portanto, quando se refere a atores não estatais participando da política, fala-se necessariamente de coletividades políticas organizadas, pois a atividade política pressupõe a organização social de indivíduos: indivíduos isolados poderiam ser o objeto a preservar-se, mas entendidos dentro de um ambiente social. Fala-se, portanto, não de ameaças à existência, mas ameaças sociais à existência (BUZAN, 1991, p. 19), já que os perigos são tomados a partir da relação do objeto com outros agentes (BUZAN; DE WILDE; WÆVER, 1998, p. 10).

⁵⁰ SHEEHAN, 2005, p. 54

a sociedade e o momento analisados: um mesmo tema pode relacionar-se à segurança de um ator, enquanto outro não.

O processo pelo qual esses assuntos são levados para a esfera da segurança é securitização, quando ocorre um movimento que leva o tema em foco para além da política e o coloca como um tipo especial de política ou como algo acima dela, tornando o processo de securitização uma versão extrema da politização⁵¹. Esse processo assume dimensões intersubjetivas, pois pressupõe que um ator perceba uma ameaça e produza um discurso de securitização voltado para essa questão, enquanto uma audiência se torna alvo do discurso e o aceita⁵². A lógica da securitização aplicada à análise setorial ajuda a ampliar a agenda e percebê-la como instrumento de superação da preocupação estritamente militar na segurança do Estado, abarcando outras esferas sociais e permitindo, inclusive, notar a relação de interdependência e superposição entre os diferentes setores.

Nesse cenário, como pensar o tratamento aos fatores econômicos?

Uma leitura inicial poderia nos dizer que a atenção aos elementos integrantes do setor econômico permitiria identificar quais são as ameaças à segurança. Mas essa não é a solução apresentada por Buzan et al: torna-se imperativo perceber que atores promovem a securitização, concebendo daí quais são e qual a natureza das ameaças.

A análise do setor econômico é controversa, pois assume um nível alto de politização: ao mesmo tempo em que se estuda os impactos das ameaças nesse setor, é necessário perceber que as ameaças existenciais remetem a inter-relação com outros setores de análise, pois aquelas não se referem necessariamente a fatores econômicos *per se*,

[...] [t]he idea of economic security is located squarely in the unresolved and highly political debates about international political economy concerning the nature of the relationship between the political structure of anarchy and the economic structure of the market.⁵³

⁵¹ WÆVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (Ed.). **On security**. Nova York: Columbia University, 1995. p. 46-86. O movimento reverso, quando um tema deixa de ser relativo à esfera da segurança, denomina-se “dessecuritização” e também é trabalhado por Wæver.

⁵² BUZAN et al, 1998, p. 34-36

⁵³ Ibid., 1998, p. 95.

Buzan et al afirmam existir uma relação entre a forma como o sujeito que promove o discurso de securitização enxerga a relação entre política e economia e as ameaças no setor econômico⁵⁴. No debate contemporâneo sobre segurança, há a predominância dos liberais, o que faz com que os objetivos econômicos sejam privilegiados e que os demais setores sociais promovam as condições necessárias para que o mercado funcione de maneira livre e independente.⁵⁵

Os atores nessa esfera seriam de diferentes níveis, desde indivíduos e classes até a figura abstrata do mercado. Cada um deles atuaria em uma dinâmica própria, enquanto suas ações influenciariam os demais atores, mas apenas duas lógicas de securitização se aplicariam aqui: micro, relacionada a indivíduos e empresas que se veriam afetados por ameaças decorrentes de fracassos econômicos, e a macro, envolvendo políticas governamentais destinadas a solucionar questões de nível micro⁵⁶. O governo deve promover medidas para solucionar essas ameaças e garantir a sobrevivência das empresas, principais atores em uma economia liberal. Mas Buzan et al não afirmam que a securitização ocorre em razão do setor econômico ou do impacto causados em outros setores, especialmente o político-militar.

Voltando-se à busca das ameaças, entende-se que a insegurança é inerente à lógica mercadológica. As ameaças são dirigidas a cada ator envolvido na securitização, causando impactos distintos em cada um deles⁵⁷. Mas essas ameaças não podem ser legitimamente invocadas pelos liberais como ameaças existenciais, não ameaçando o setor econômico, o que não se pode dizer do impacto causado por essas ameaças em outros setores. A securitização de fatores econômicos leva o analista a promover uma confusão com temas de economia política internacional, provocando o *spill-over* da economia sobre outros setores.

Somente em níveis básicos a lógica de sobrevivência é restrita ao setor econômico (BUZAN et al, 1998, p. 115). Dentro do panorama político liberal, o setor econômico se torna inseparável dos demais setores sociais, porque seus fracassos e sucessos impactam diretamente a prática política desenvolvida em outros setores (BUZAN et al, 1998, p. 116),

⁵⁴ Mercantilistas e neomercantilistas priorizariam a política em detrimento à economia; no caso dos liberais, a prioridade seria inversa. Socialistas, por sua vez, orbitam entre esses dois extremos (Ibid., 1998, p. 95-96).

⁵⁵ Ibid., 1998, p. 97

⁵⁶ Ibid, 1998, p. 100-101.

⁵⁷ Afinal, não se pode falar em ameaça à sobrevivência do Estado, quando a ameaça é de falência: o Estado continuará existindo, mesmo que suas capacidades estejam em risco (Ibid., 1998, p. 105).

[...] [t]his overspill quality means that much of what is talked about as “economic security” has in fact to do with logics of survival in other sectors and not the economic one.

Logo, nessa vertente do ampliacionismo, os fatores econômicos servem – mais do que elementos em qualquer outro setor – para indicar como as diferentes esferas sociais estão integradas e conduzem a um pensamento holístico para melhor compreender as dinâmicas de segurança que afetam os atores.

3.3 ESTUDOS CRÍTICOS DE SEGURANÇA

Defendendo a idéia de que o Estado não deve ser visto como fonte última de segurança, mas como potencial agravador da insegurança, os estudos críticos de segurança⁵⁸ (“ECS”) buscam superar não apenas a limitação de definir segurança em termos militares, mas também privilegiar o indivíduo, isolado ou organizado socialmente: “security must make sense at the basic level of the individual human being for it to make sense at the international level”.⁵⁹ Localizados na perspectiva pós-positivista nas RI⁶⁰, este grupo questiona não só a disciplina, como também a própria política. Buscando a reconceitualização da segurança, os ECS realizam três movimentos: aprofundar o conceito, entendendo-o como contingente aos diferentes meios e referentes que ele assume; ampliar seu entendimento, mostrando que a força militar não é a única, nem a mais importante, forma de promover segurança; e focar a teoria e a prática em propostas de emancipação.⁶¹

No primeiro, percebe que a visão tradicional está longe de ser um panorama neutro dos estudos de segurança: Walt cria uma hierarquia epistêmica, definindo uma leitura particular do significado e evolução da história dos estudos de segurança, concebendo daí um argumento de autoridade disciplinar.⁶² Entretanto, há uma série de argumentos basilares que são apresentados como fatos não problematizados. O mais impor-

⁵⁸ Estudos críticos de segurança neste trabalho “consists of alternatives for security studies o that offered by the mainstream. It is explicit in its rejection of realism, but it does not add up an alternative theory” (Smith, 2005, p. 45). Usaremos nessa seção teóricos de orientação pós-moderna, adeptos da Teoria Crítica e afiliados aos Estudos de Paz – todos críticos ao realismo – para desenvolver nosso argumento.

⁵⁹ McSweeney, 1999, p. 16.

⁶⁰ Ver nota 3937.

⁶¹ Williams, 2005, p. 138.

⁶² Krause e Williams, 1997

tante deles – e que torna o conceito de segurança etnocêntrico⁶³ – diz respeito à centralidade do Estado como sujeito da segurança, excluindo questões que não se encaixam na esfera militar. Para os ECS, questões que levem à reflexão sobre quais são as condições nas quais é possível pensar, falar e fazer argumentos de autoridade sobre segurança têm como respostas os diferentes graus em que as versões modernas de segurança articulam a relação entre as estruturas e práticas estatais.

O segundo movimento ambicionado pelos ECS foca-se nos limites colocados pelos tradicionalistas, que não apenas geram argumentos de autoridade, mas também restringem a imaginação política contemporânea, tomando o Estado como resposta para os desafios da modernidade quando, na verdade, ele seria uma resposta meramente satisfatória às perguntas sobre o caráter e o lócus da vida política.⁶⁴ A reformulação proposta pela perspectiva crítica aconteceria de duas formas principais, dirigindo-se ao número e à qualidade das ameaças e também ao objeto da segurança.⁶⁵ No primeiro caso há uma demanda por uma compreensão mais ampla do que a segurança envolve, o que significa ser seguro e do que se está seguro. Tenta-se definir a segurança a partir de processos sociais, culturais, econômicos e ecológicos, além da preocupação tradicional com a segurança física decorrente de ameaças militares. Assim, junto ao conceito da segurança tradicional viriam idéias como violência estrutural,⁶⁶ ampliando o entendimento de ameaças.

Quanto ao objeto, o aumento da interdependência mundial implica pensar em uma concepção mais ampla de segurança, não apenas na condição de cidadão, mas como atributo do indivíduo inserido em comunidades políticas. A segurança dos Estados é predominante marginalizando outras vozes pela operacionalização política: a segurança residiria na política e a política reside no Estado, logo o binômio segurança-Estado é inseparável. Entretanto, os argumentos do Estado soberano são uma articulação histórica específica de relações de universalidade/particularidade.

Fugindo desse panorama, os ECS pensam em formas além do Estado a para entender a segurança. Se o argumento tradicionalista critica o alargamento por englobar tudo dentro do Estado, perdendo a coe-

⁶³ Fierke, 2007.

⁶⁴ Walker, 1997.

⁶⁵ Walker, 1997; Fierke, 2007.

⁶⁶ GALTUNG, Johan. "Violence and Peace". In: **A Reader in Peace Studies**, Nova York: Pergamon Press, 1990, p. 9-14.

rência, e os defensores da securitização são acusados de estender comportamentos militares para a esfera social, os ECS apontam que alargar o conceito de segurança não é o problema: as dificuldades surgem com o tipo de alargamento que se busca, já que as tentativas são feitas visando à adequação do Estado como sujeito das mudanças. O significado da segurança é apreendido das práticas a ele incorporadas.⁶⁷

Dessa forma, quando pensamos em sujeito de segurança, a primeira coisa a fazer é perguntar como este é constituído e a que tipo de segurança se refere. Estas reflexões oferecem desafios à própria ordem estabelecida, como o da estabilidade do sistema de Estados como garantidor de segurança aos indivíduos:⁶⁸ “only a project of emancipation can make the prospect of security more likely”.⁶⁹

Entendemos emancipação como “freeing people from those constraints that stop them carrying out what freely they would choose to do, of which war, poverty, oppression, and poor education are a few”.⁷⁰ Identificamos os seus ideais com as propostas de segurança humana⁷¹ e acreditamos que os fatores econômicos podem ser abordados a partir da conjunção desses dois conceitos, pois segurança e emancipação são duas faces da mesma moeda.⁷² Além disso, ambos os conceitos exigem definição contingente ao objeto e o tempo da análise, bem como sugerem a mudança do foco da análise do Estado para os indivíduos e implicam a ausência de qualquer tipo de violência, inclusive a estrutural,⁷³ de modo a assegurar a liberdade de querer e a libertação do medo.⁷⁴ Com isso, como perceber os fatores econômicos?

⁶⁷ McSweeney, 1999.

⁶⁸ OSTERGAARD, Geoffrey. “A Gandhian Perspective on Development”. In: **A Reader in Peace Studies**, Nova York: Pergamon Press, 1990, p. 206-209.

⁶⁹ Smith, 2005, p. 42.

⁷⁰ Booth, Ken. “Security in Anarchy: utopian realism in theory and practice”. **International Affairs** (2001) n. 67, v. 3, p. 527-545 *apud* TARRY, Sarah. “‘Deepening’ and ‘Widening’: an analysis of security definitions in the 1990s”. Disponível em < <http://www.jmss.org/1999/article3.html>>. Acesso em: 13 de junho de 2008. Publicado em 2000?.

⁷¹ Sobre o tema, HUMAN SECURITY CENTRE. “What is Human Security”. Acesso em: 12 de junho de 2008. Disponível em: < <http://www.humansecurityreport.info/index.php?option=content&task=view&id=24&>>.

⁷² Booth, 1991 *apud* Tarry, 2000?, sp..

⁷³ O conceito de violência estrutural é definido por qualquer elemento que promova a assimetria entre o potencial de realização de um indivíduo e o aproveitamento real de suas capacidades (Galtung, 1990).

⁷⁴ No inglês, em original, “freedom from want and freedom from fear” (Fierke, 2007:145).

Os ECS não abordam explicitamente esses fatores. Das propostas de emancipação e de segurança humana decorre a idéia de que não pode haver ameaças ou impeditivos para que o pleno potencial individual se realize. Mas o que seriam esses impeditivos? Como as duas propostas pressupõem análise contingencial, não se podem estabelecer bases delimitadoras destes projetos, logo a definição de elementos impeditivos deve ser percebida caso a caso.

Os ECS buscariam prolongar os limites da não-violência para que as condições que impeçam o desenvolvimento do indivíduo sejam extirpadas e um conceito mais amplo de segurança – e, conseqüentemente, bem-estar social – possa ser vislumbrado.⁷⁵ O tratamento dessa corrente crítica aos fatores econômicos tenderá, portanto, a perceber o impacto que produzirão no bem-estar e nas condições do indivíduo e das comunidades políticas, tornando-se problemático e fonte de insegurança uma vez que impeçam o projeto emancipatório ser concluído.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho buscou demonstrar como fatores econômicos são tratados pelas teorias de segurança internacional, investigando as possibilidades existentes de se traçar uma análise envolvendo esses fatores e o desenvolvimento dos estudos de segurança. Para tanto, apresentamos o conceito de segurança, ressaltando as dificuldades em tomar uma definição consistente e consensual. Exploramos, na seção seguinte, o debate teórico de segurança em três correntes e tentando relacioná-los, ainda que marginalmente, aos debates na área das RI, para entender como os fatores econômicos são abordados.

Para os tradicionalistas, centrados na figura do Estado e inspirados pelo paradigma realista, elementos econômicos se tornam importantes na medida em que contribuem para aumentar as capacidades dos Estados de utilizar a força militar, melhorando a posição estatal no sistema e/ou perante seus pares. Sua abordagem para a esfera doméstica é irrelevante, pois não contribuiria para desenvolver as capacidades estatais. Walt explora as possibilidades de seu estudo em um cenário pós-Guerra Fria nessas condições, ignorando eventuais contribuições para o bem-estar social.

⁷⁵ CARTER, April. "Nonviolence as a Strategy for Change". In: **A Reader in Peace Studies**, Nova York: Pergamon Press, 1990, p. 210-216.

Os ampliacionistas, por sua vez, constituem um grupo amplo e diverso, mas que compartilha certos princípios. Assim, dividimos o grupo em três subdivisões e exploramos a idéia liberal, a EC e os ECS, cada qual com suas particularidades.

Os liberais, rompendo a centralidade do Estado, associam segurança à estabilidade promovida pelas relações de interdependência entre grupos domésticos e internacionais, apontando que questões de legitimidade devem estar na pauta dos estudos de segurança. São esses elementos que põem à prova o papel do Estado, que deve se preocupar em garantir as condições demandadas pelos grupos de pressão no seu interior, fazendo com que guerras civis motivadas por questionamento à sua autoridade se tornassem alvo da segurança. O Estado pluralista seria responsável por atender os pleitos sociais e, com isso, garantindo sua sobrevivência. Não se trata aqui de fatores econômicos especificamente, mas de bem-estar *lato senso*.

A EC, com uma análise setorial e baseada em elementos contextuais, mas guardando peculiaridades do tradicionalismo – talvez para manter a coerência proposta por Walt – acusa a política internacional de ser dominada pela leitura liberal, dificultando a percepção de como os fatores econômicos são impactados pelas teorias de segurança. Dividindo o Estado em setores e reconhecendo diferentes grupos dentro dele, Buzan et al sucumbem ao pluralismo liberal e admitem que questões econômicas são de difícil trato, pois confundir-se-iam com e sobrepor-se-iam às ameaças existenciais pertinentes a outros setores, graças à interdependência existente entre esses setores sociais. Ao mesmo tempo em que alega que as ameaças são socialmente construídas pelos atores securitizadores, a EC flerta com o liberalismo por creditar a grupos domésticos a definição da agenda política e, assim, permitir ver o Estado como ente multifacetado e cujos interesses são contingentes ao momento analisado e aos grupos de maior repercussão política.

Os ECS, por sua vez, carrega a crítica aos modelos tradicionais, propondo a saída do foco político do Estado, alojando-o nos indivíduos e comunidades políticas. Os projetos visando à segurança humana e à emancipação defendem que a segurança, para fazer sentido no nível estatal, carece ser pensada primeiramente no nível individual, garantindo a plena potencialidade dos indivíduos no trato social e político. Com isso, qualquer elemento que produza violência estrutural é considerado impede o projeto de emancipação e, conseqüentemente, o alcance da segurança humana. Nesta teoria, fatores econômicos devem ser tratados tendo aqueles ideais em mente e, mesmo não explicitados pelos ECS, podemos extrapolar o seu argumento propondo que se tornarão

parte dos estudos de segurança uma vez que sejam considerados violência estrutural.

Desta síntese, percebemos que fatores econômicos *per se* são negligenciados pelas teorias de segurança internacional, mas são elementos subjacentes a elas, permitindo a sua própria realização. A maneira como os elementos econômicos são tratados garante a concretização dos seus objetivos, adequando-se – mais ou menos confortavelmente – aos princípios que procuram defender. Teorias buscam a adequação de seu escopo aos seus postulados, problematizando em maior ou menor escala determinados elementos, conforme justifiquem seus argumentos centrais, enquanto outros são tomados como dados e, por isso, afastados do debate político. O modo como a política e outros setores se relacionam nas teorias é fundamental para que estas se concretizem, pois define o seu escopo e os sujeitos que dela participam. Uma análise mais restrita, como a tradicionalista, submete à política todos os demais temas, tornando-os uma função daquela. Visões amplas tratam essa relação como de interdependência, rompendo a hierarquia de temas e sujeitos.

REFERÊNCIAS

BAYLIS, John; WIRTZ, James J. Introduction. In: BAYLIS, John; WIRTZ, James J.; COHEN, Eliot; GRAY, Colin S. **Strategy in the contemporary world: an introduction to strategic studies**. Oxford: Oxford University, 2002.

BELLAMY, Alex. Humanitarian responsibilities and interventionist claims in international society. **Review of International Studies**, n. 29, p. 321-340, 2003.

BURKE, Anthony. Aporias of security. **Alternatives**, n. 27, p. 1-27, 2002.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. After the return to theory: the past, present and future of security studies. In: COLLINS, Alan (Ed.). **Contemporary security studies**. Oxford University, 2007.

COLLINS, Alan. Introduction: what is security studies? In: COLLINS, Alan (Ed.). **Contemporary security studies**. Oxford: Oxford University, 2007.

DENT, Christopher M. Economic security. In: COLLINS, Alan (Ed.). **Contemporary security studies**. Oxford: Oxford University, 2007.

FARREL, Theo. Constructivist security studies: portrait of a research program. **International Studies Review**, v. 4, n. 1, p. 49-72, 2002.

_____. A segurança sob a ótica construtivista: retrato de um programa de pesquisa. **Cena Internacional**, ano 6, n. 2, p. 119-143, 2004.

GALTUNG, Johan. **Violence and peace: a reader in peace studies**. New York: Pergamon, 1990.

HUMAN SECURITY CENTRE. What is human security. In: **Human Security Report**. Disponível em: <<http://www.humansecurityreport.info/index.php?option=content&task=view&id=24&Itemid=59>>. Acesso em: 12 jun. 2008.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: UnB, 2003.

OSTERGAARD, Geoffrey. **A gandhian perspective on development: a reader in peace studies**. New York: Pergamon, 1990.

PARIS, Roland. Human security: paradigm shift or hot air? **International Security**, n. 26, v. 2, p. 87-102, 2001.

Recebido em: agosto de 2009.
Aprovado em: setembro de 2009.